



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

PGEA: 1.23.000.002843/2023-95

CONTRATANTE (UASG)
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – PA (200075)

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento automático de café, bebidas quentes e *Vending Machine* para as Procuradoria da República no Pará e Procuradorias da República nos Municípios de Altamira/PA, Marabá/PA e Santarém/PA.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 412.023,36

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS

SOMENTE PARA O ITEM 2



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

SUMÁRIO

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO.....	5
4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	7
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	9
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO	17
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	19
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	23
9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	26



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento automático de café e bebidas quentes para as Procuradoria da República no Estado do Pará (PR/PA) – (sede em Belém/PA e Procuradorias da República nos municípios (PRM) de Altamira/PA, Santarém/PA e Marabá/PA)., nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DOSES (FRANQUIA + EXCEDENTES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL
1	20648	Fornecimento automático de café e bebidas quentes. Local: Belém	5.308	R\$ 2,66	R\$ 14.119,28	R\$ 169.431,36
2	20648	Fornecimento automático de café e bebidas quentes. Local: Altamira	1.700	R\$ 2,66	R\$ 4.522,00	R\$ 54.264,00
3	20648	Fornecimento automático de café e bebidas quentes. Local: Marabá	2.563	R\$ 2,66	R\$ 6.817,58	R\$ 81.810,96
4	20648	Fornecimento automático de café e bebidas quentes. Local: Santarém	3.337	R\$ 2,66	R\$ 8.876,42	R\$ 106.517,04
VALOR TOTAL					R\$ 34.335,28	R\$ 412.023,36

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns e contínuos, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e são decorrentes de necessidades permanentes ou prologadas para manutenção da atividade administrativa do órgão.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 412.023,36 (quatrocentos e doze mil, vinte e três reais e trinta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

1.6. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

1.6.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.6.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

1.6.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

1.6.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da fundamentação

A Contratação dos serviços de fornecimento automático de bebidas quentes para as Procuradorias da República no Pará (PR/PA) e Procuradorias da República nos Municípios (PRMs) de Altamira/PA, Marabá/PA e Santarém/PA e de uma *Vending Machine* para a sede em Belém/PA, visa o atendimento às demandas de fornecimento de bebidas quentes e snacks (pequenos lanches) ao público interno (membros, servidores, terceirizados) e público externo da CONTRATANTE, com rapidez e eficiência necessárias ao desenvolvimento da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Com a utilização de máquinas automáticas, tem-se: maior opção de bebidas quentes e lanches a serem disponibilizados aos profissionais e visitantes; melhor higienização no preparo de bebidas, devido à ausência de manipulação direta, bem como a limpeza, higienização e manutenção das máquinas por funcionários especializados e produtos próprios; redução das necessidades de mão de obra terceirizada, insumos e utilização de equipamentos nos serviços de copeiragem, que incluem o preparo e distribuição do café e maior facilitação da gestão administrativa, com redução de procedimentos de fiscalização sobre o controle de pessoal e insumos.

2.2. Dos quantitativos

A estimativa de consumo da PR/PA foi calculada de acordo com a média de consumo dos meses de janeiro a setembro/23 e adicionados 30%, previstos como aumento de demanda. Esse cálculo resultou na seguinte estimativa de consumo para a PR/PA (Belém/PA):

- a) PR/PA – 4.808 doses de franquia mínima e 500 doses excedentes, a serem atendidas por 7 máquinas de bebidas quentes.
- b) A vencedora do lote da PR/PA também deverá dispor uma *Vending Machine* com snacks variados na unidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

A estimativa para as PRMs foi realizada pela multiplicação da média de consumo de café por pessoa pela quantidade do público interno e resultou nos seguintes resultados:

- a) PRM Santarém – 3.137 franquia mínima; 200 doses excedentes, a serem atendidas por 2 máquinas.
- b) PRM Altamira – 1.500 franquia mínima; 200 doses excedentes; a serem atendidas por 1 máquina.
- c) PRM-Marabá – 2.363 franquia mínima; 200 doses excedentes, a serem atendidas por 1 máquina.

Para a *Vending Machine* a ser localizada na PR/PA, a empresa poderá colocar a quantidade de produtos que desejar para a demanda estimada das unidades. Na sede em Belém/PA, trabalham cerca de 240 colaboradores (dentre membros, servidores, estagiários e terceirizados). Ressalte-se que nesse grupo há pessoas que trabalham em home office. Nesse levantamento não consta o público externo que é variável.

O valor pago dos produtos vendidos pela *Vending Machine* será inteiramente revertido para a empresa. A Procuradoria da República no Estado do Pará cederá o local para a empresa colocar a máquina.

2.3. Da utilização do Sistema de Registro de Preços

Há a necessidade de utilização do SRP por se tratar de serviço em que há previsão inicial de demanda e futura, porém sem previsão da exatidão da totalidade necessária, visando também a economia processual. Assim a situação se enquadra no(s) item(ns) disposto(s) no artigo 3º do Decreto nº 11.462, de janeiro de 2023, in verbis:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou*
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.”*

Não será permitida a Adesão de órgãos não participantes da licitação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A contratação consiste no fornecimento de café e bebidas quentes, em máquinas automatizadas de autosserviço, compreendendo o emprego de todos os equipamentos, materiais, insumos e mão de obra necessários à sua execução nas dependências das unidades do Ministério Público Federal no Pará. Na sede em Belém/PA também deve ser disponibilizada uma *Vending Machine*.

3.2 Há necessidade de alocar na sede em Belém/PA o número de 07 (sete) máquinas de autoatendimento para atender 4.808 doses de franquia mínima e 500 doses excedentes. Endereço: Rua Domingos Marreiros, nº 690, bairro Umarizal, Belém, CEP 66055-210.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

3.3 Nas outras unidades do MPF/PA as quantidades de máquinas e endereços são os seguintes:

3.3.1. PRM Altamira – 1500 franquias mínimas; 200 doses excedentes; a serem atendidas por 1 máquina.

Endereço: Av. Tancredo Neves, 3256 - Jardim Independente II - Altamira/PA - CEP: 68.372-222.

3.3.2. PRM-Marabá – 2363 franquias mínimas; 200 doses excedentes, a serem atendidas por 1 máquina.

Endereço: Rodovia Transamazônica, nº 1076 - Bairro Amapá – Marabá/PA CEP 68502-700.

3.3.3. PRM Santarém – 3137 franquias mínimas; 200 doses excedentes, a serem atendidas por 2 máquinas. Endereço: Avenida Marechal Castelo Branco, nº 915 - Bairro da Interventoria - CEP 68020-820.

3.4. Devem estar inclusos o emprego de todos os equipamentos, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, bem como a instalação, o abastecimento e a manutenção preventiva e corretiva de máquinas de café solúvel e bebidas quentes e da *Vending Machine*.

3.5. As máquinas deverão possuir o sistema self-service (autosserviço), permitindo ao usuário regular a quantidade de açúcar adicionado (do zero ao máximo), utilizando café solúvel e demais insumos solúveis para o fornecimento de, no mínimo, as seguintes bebidas, e nas seguintes dosagens aproximadas:

3.5.1 Café expresso curto na quantidade mínima de 50 ml para cada dose;

3.5.2 Café expresso longo na quantidade mínima de 70 ml para cada dose;

3.5.3 Café com leite, na quantidade mínima de 100 ml, para cada dose;

3.5.4 Leite (insumo com ou sem açúcar a critério da contratante), na quantidade mínima de 100 ml, para cada dose;

3.5.5 Chocolate com leite, na quantidade mínima de 100 ml, para cada dose;

3.5.6 Cappuccino com chocolate tradicional, na quantidade mínima de 100 ml, para cada dose.

3.5.7 Chá na quantidade de 100 ml, para cada dose, podendo a CONTRATANTE exigir que a CONTRATADA forneça mais de um sabor de chá, dentre as opções: limão, pêssego, chá mate ou frutas vermelhas.

3.6. As bebidas devem ser fornecidas em copo de papel reciclável resistente à temperatura das bebidas.

3.7. Na sede da Procuradoria da República em Belém/PA a disponibilização de uma *Vending Machine* que ofereça os seguintes produtos:

3.7.1. Salgadinhos sortidos (salgadinho, torradinha, batatas chips etc. – normais e lights);

3.7.2. Barras de cereal e de proteína;

3.7.3. Água de coco de 200 mL embalada;

3.7.4. Barra de chocolates sortidos em barra;

3.7.5. Suco em caixinha de 200 mL;

3.7.6. Refrigerantes em lata (normal e zero);

3.7.7. Sanduíche natural embalado;

3.7.8. Energético;

3.7.9. Iogurte (com as opções: normal; natural; de fruta; desnatado e sem lactose).

3.8. Os valores pagos pelos produtos vendidos pela *Vending Machine* serão inteiramente revertidos para a empresa. A Procuradoria da República no Estado do Pará cederá o local para a empresa colocar a máquina.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Subcontratação

4.1.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.2. Garantia da contratação

4.1.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão do baixo valor e complexidade da contratação.

4.1.3. Requisitos legais

4.1.3.1. Lei nº 12.305/2010: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.3.2. Decreto nº 2.783, de 17/09/1998 - Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio;

4.1.3.3. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): A CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, se comprometendo a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

4.1.3.4. Portaria SDA nº 570, de 9 de maio de 2022 do MAPA;

4.1.3.5. Instrução Normativa nº 60, de 23 de dezembro De 2019 da ANVISA;

4.1.3.6. Instrução Normativa-In nº 75, de 8 De outubro De 2020 da ANVISA.

4.1.4. Requisitos de Sustentabilidade Social

4.1.4.1. A empresa deve cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social.

4.1.4.2. A empresa deve cumprir a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

4.1.4.3. A empresa não deve empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

4.1.4.4. A empresa não deve possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

4.1.5. Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

4.1.5.1. Os materiais devem ser compostos no todo ou em parte, se possível, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.1.5.2. Acondicionar os produtos em embalagens compostas, se possível, por materiais recicláveis.

4.1.5.3. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.1.5.4. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível.

4.1.5.5. O fornecedor fica obrigado a observar as práticas de sustentabilidade ambiental que lhes competem, naquilo que aplique na forma da Lei 12.305, de 02 de fevereiro de 2010 e Decreto 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

4.1.5.6. A empresa deverá apresentar material constituído e embalado com critérios socioambientais vigentes decorrentes da Lei nº 6.938/81 e regulamentos, com os respectivos registros e comprovações oficiais (exemplo: Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, ANVISA, ou certificação energética), além de atentar para as exigências da Política de Resíduos Sólidos.

4.1.6. Vistoria

4.1.6.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, até um dia útil antes da data da sessão pública, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 10:00 horas às 17:00 horas.

4.1.6.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.1.6.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.6.4. A solicitação de agendamento para a vistoria deve ser feita por meio do e-mail prpa-manutencao@mpf.mp.br.

4.1.6.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.1.6.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Da Demanda

5.1.1. A demanda estimada dos serviços será de:

- a) PR/PA - 4808 doses de franquias mínimas e 500 doses excedentes, a serem atendidas por 7 máquinas de bebidas quentes + 1 *Vending Machine*.
- b) PRM Santarém – 3137 franquias mínimas; 200 doses excedentes, a serem atendidas por 2 máquinas.
- c) PRM Altamira – 1500 franquias mínimas; 200 doses excedentes; a serem atendidas por 1 máquina.
- d) PRM-Marabá – 2363 franquias mínimas; 200 doses excedentes, a serem atendidas por 1 máquina.

Item 1 - Belém			
Bebida	Quantidade de doses (mensal) - franquias mínimas e excedentes	Valor unitário por dose	Valor total mensal
Café curto	4808	R\$ 2,66	R\$ 12.789,28
Café longo			
Café com leite			
Leite			
Chocolate			
Cappuccino			
Chá			
Dose excedente	500		R\$ 1.330,00
Valor total mensal			R\$ 14.119,28
Valor total anual			R\$ 169.431,36

Item 2 - Altamira			
Bebida	Quantidade de doses (mensal) - franquias mínimas e excedentes	Valor unitário por dose	Valor total mensal
Café curto	1500	R\$ 2,66	R\$ 3.990,00



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

Café longo			
Café com leite			
Leite			
Chocolate			
Cappuccino			
Chá			
Dose excedente	200		R\$ 532,00
Valor total mensal			R\$ 4.522,00
Valor total anual			R\$ 54.264,00

Item 3 - Marabá			
Bebida	Quantidade de doses (mensal) - franquia mínima e excedente	Valor unitário por dose	Valor total mensal
Café curto	2363	R\$ 2,66	R\$ 6.285,58
Café longo			
Café com leite			
Leite			
Chocolate			
Cappuccino			
Chá			
Dose excedente	200		R\$ 532,00
Valor total mensal			R\$ 6.817,58
Valor total anual			R\$ 81.810,96



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

Item 4 - Santarém			
Bebida	Quantidade de doses (mensal) - franquia mínima e excedente	Valor unitário por dose	Valor total mensal
Café curto	3137	R\$ 2,66	R\$ 8.344,42
Café longo			
Café com leite			
Leite			
Chocolate			
Cappuccino			
Chá			
Dose excedente	200		R\$ 532,00
Valor total mensal			R\$ 8.876,42
Valor total anual			R\$ 106.517,04

5.2. Dos Equipamentos

5.2.1. Máquinas de café expresso e bebidas quentes, sistema “self-service”, utilizando café em grãos, a serem moídos na hora, e insumos solúveis para o fornecimento, no mínimo, das seguintes bebidas: café expresso curto, café expresso longo, café com leite, leite, chocolate, cappuccino com chocolate e chá (sabor a critério da CONTRATANTE), com completo sistema de higiene e dispositivos automáticos que eliminem a sobra de produtos sólidos em depósitos específicos e efetuem lavagem à temperatura mínima de 97°C;

5.2.2. Todas as fases de preparação dos produtos deverão ser automatizadas, dispensando qualquer contato manual, inclusive copos e mexedores, que deverão estar em compartimento próprio no interior das máquinas;

5.2.3. O horário de funcionamento das máquinas automáticas será das 07h30min às 20h, salvo em caso de autorização expressa da CONTRATANTE.

5.2.4. A máquina de *Vending Machine* deverá dispor os seguintes produtos: Salgadinhos sortidos (salgadinho, torradinha, batatas chips etc. – normais e lights); barras de cereal e de proteína; água de coco de 200 mL embalada; barra de chocolates sortidos em barra; suco em caixinha de 200 mL; refrigerantes em lata (normal e zero); sanduíche natural embalado; energético e iogurte (com as opções: normal; natural; de fruta; desnatado e sem lactose), com tela para a escolha dos produtos e todo o procedimento de pagamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

5.3. Das Características de Operação e Informações Adicionais das Máquinas

5.3.1. Serão autorizadas máquinas novas e/ou seminovas (máximo de 2 anos), devendo estar em estado de uso operacional e mantidas, acompanhadas de nota fiscal, com programação e visualização de contador geral e identificador de máquina, que possuam, no mínimo, as seguintes operações e especificações técnicas

- Operar, em sistema “self-service” em todas as fases de preparação de café e demais bebidas quentes de forma automática, inclusive quanto à liberação dos copos e das palhetas plásticas, que deverão estar em compartimentos próprios no interior das máquinas;
- Deverá ter a opção de desativar o fornecimento dos copos e das pazinhas. Quando não fornecidos automaticamente pela máquina, a contratada deverá providenciar dispensadores que permitam ao usuário pegar o copo e a pazinha, permanecendo responsável pelo seu fornecimento e reposição.
- Possuir sistema de autolavagem e autolimpeza em temperatura mínima de 97°C, evitando o empedramento dos ingredientes e a formação de micro-organismos;
- Conter todos os insumos acondicionados em compartimentos fechados, próprios das máquinas, e manter os produtos processados em reservatórios apropriados;
- Utilizar café em grãos, a serem moídos na hora, e insumos solúveis para o fornecimento das outras bebidas quentes, conforme as especificações estabelecidas neste termo de referência;
- Possuir dispositivo automático de eliminação das sobras dos produtos sólidos em depósitos;
- Possuir compartimento interno com capacidade mínima de 100 (cem) copos de 160 ml por máquina;
- Fornecer açúcar automaticamente com regulador de quantidade;
- Fornecer misturadores, automaticamente;
- Operar com alimentação direta da rede hidráulica por acoplamento rosqueável ($\frac{1}{2}$ ” ou $\frac{3}{4}$ ”) ou com galão de 20 litros de água mineral, conforme as exigências do local de instalação, podendo ser alterado o mecanismo de fornecimento de água pela CONTRATADA, desde que autorizado pela FISCALIZAÇÃO, sem ônus adicional;
- No caso de alimentação direta pela rede hidráulica, a CONTRATADA deverá utilizar elementos filtrantes, de carvão ativado com prata e substituir as velas no período correspondente a cada 06 (seis) meses ou quando solicitado pelo fiscal do Contrato, sem ônus adicional para a CONTRATANTE;
- Quando da utilização de reservatório de água, a(s) máquina(s) deverão ser equipadas com os respectivos gabinetes para acomodação de galões de água mineral, cujo fornecimento será de responsabilidade da CONTRATANTE;
- Operar com sistema livre para consumo, observado o limite da franquia;
- Possuir numerador digital ou analógico para o controle das doses efetivamente consumidas e mecanismo de contabilidade de doses inviolável;
- Possuir visor iluminado para orientar os usuários e técnicos com mensagens em português;
- As máquinas das sedes Belém, Marabá e Santarém devem ter a voltagem de 220v e para a sede Altamira a voltagem deve ser de 110v;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

- Possuir dispositivos de programação de limite de doses por produtos e por máquina, bem como de bloqueio de fornecimento de produtos sem necessidade de desligamento do equipamento;

5.3.2. As máquinas deverão ser previamente testadas e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;

5.3.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar, quando solicitada pela FISCALIZAÇÃO, adoçante em sachê ou em invólucro;

5.3.4. Quando das instalações das máquinas e a critério da FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá disponibilizar o manual dos respectivos equipamentos, bem como prestar as devidas instruções técnicas à Administração.

5.4. Das Bebidas/Produtos Oferecidos Pelas Máquinas

5.4.1. Serão oferecidos no mínimo:

- Café expresso curto na quantidade mínima de 50 ml para cada dose;
- Café expresso longo na quantidade mínima de 70 ml para cada dose;
- Café com leite, na quantidade mínima de 100 ml, para cada dose;
- Leite (insumo com ou sem açúcar a critério da contratante), na quantidade mínima de 100 ml, para cada dose;
- Chocolate com leite, na quantidade mínima de 100 ml, para cada dose;
- Cappuccino com chocolate tradicional, na quantidade mínima de 100 ml, para cada dose.
- Chá na quantidade de 100 ml, para cada dose, podendo a CONTRATANTE exigir que a CONTRATADA forneça mais de um sabor de chá, dentre as opções: limão, pêssego, chá mate ou frutas vermelhas.

5.4.2. Na sede da Procuradoria da República em Belém/PA a disponibilização de uma *Vending Machine* que ofereça no mínimo os seguintes produtos:

- Salgadinhos sortidos (salgadinho, torradinha, batatas chips etc. – normais e lights);
- Barras de cereal e de proteína;
- Água de coco de 200 mL embalada;
- Barra de chocolates sortidos em barra;
- Suco em caixinha de 200 mL;
- Refrigerantes em lata (normal e zero);
- Sanduíche natural embalado;
- Energético;
- Iogurte (com as opções: normal; natural; de fruta; desnatado e sem lactose).

5.5. Da Entrega e Instalação da Máquinas

5.5.1. As máquinas de café e bebidas quentes deverão ser instaladas em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Ordem de Fornecimento nas dependências das sedes do MPF/PA.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

5.5.2. Dentro do prazo mencionado, a empresa a ser CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, por escrito, condições inadequadas encontradas ou iminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos previstos nestas especificações;

5.5.3. A localização das máquinas poderá ser alterada pela CONTRATANTE, bem como o mecanismo de fornecimento de água por galão ou por sistema de filtro externo, sem ônus adicional.

5.6. Do Abastecimento Das Máquinas

5.6.1. A CONTRATADA deverá assegurar o devido abastecimento das máquinas de modo a evitar a falta de insumos para o seu adequado funcionamento;

5.6.2. Na ocorrência de falta de qualquer insumo, a CONTRATADA deverá providenciar de imediato a respectiva reposição;

5.6.3. A qualidade do produto será avaliada diariamente pela FISCALIZAÇÃO;

5.6.4. Caso a FISCALIZAÇÃO detecte qualquer problema na qualidade do produto, como água em excesso ou falta de algum insumo, o fato será comunicado à empresa, ou ao escritório ou representante desta, em Belém, por telefone ou e-mail, a qual terá 02 (duas) horas para solucionar o problema;

5.6.5. A calibragem de cada produto deverá ser efetuada quando solicitado pela CONTRATADA;

5.6.6. A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento, solicitar a pesagem dos produtos ofertados das máquinas automáticas para fins de acompanhamento e FISCALIZAÇÃO e efetuará o correspondente registro em relatório de pesagem;

5.6.7. A qualidade dos insumos será supervisionada pela FISCALIZAÇÃO no ato da entrega dos produtos;

5.6.8. Caso o insumo esteja fora da especificação contratual, não será permitido o seu descarregamento nas dependências da PR/PA, efetuando a FISCALIZAÇÃO o registro em relatório de entrega de material de consumo para máquinas de café e bebidas quentes.

5.6.9. A FISCALIZAÇÃO deverá acompanhar, a seu critério, se o estoque de insumos é suficiente para o abastecimento das máquinas.

5.7. Da Manutenção Preventiva E Corretiva Das Máquinas

5.7.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela conservação técnica, mecânica e operacional das máquinas instaladas nas dependências das sedes do MPF/PA, de modo a mantê-las em plena capacidade produtiva, substituindo quaisquer peças ou componentes que se tornarem necessários, sem ônus adicional, devendo, os serviços serem executados, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, nos finais de semana e feriados, somente com autorização da CONTRATANTE;

5.7.2. A CONTRATADA deverá, no momento da manutenção preventiva ou corretiva, executar os devidos testes, lubrificações, regulagens, ajustes e reparos necessários, sem para tal solicitar qualquer dose de bebida a ser paga pela CONTRATANTE;

5.7.3. Os chamados para realização de manutenção corretiva deverão ser atendidos, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, em até 02 (duas) horas após a solicitação da CONTRATANTE, por telefone ou email;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

5.7.4. Na ocorrência de problemas eletromecânicos, como: substituição de peças, impossibilidade de funcionamento de equipamento, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA o correspondente conserto por telefone, e-mail ou outro meio idôneo de comunicação, caso essa ainda não o tenha providenciado;

5.7.5. A CONTRATADA terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação, para reparar o funcionamento eletromecânico do equipamento ou efetuar a sua substituição, salvo mediante justificativa e autorizada pela Contratante, esse prazo poderá ser dilatado;

5.7.6. As peças, partes e componentes que serão utilizados nas máquinas deverão ser necessariamente originais, novos e com garantia de fábrica/fornecedor/distribuidor.

5.7.7. Correrão por conta da CONTRATADA despesas com remoção parcial ou integral de qualquer equipamento para local de assistência técnica, bem como seu retorno ao local de uso;

5.7.8. Neste caso, a CONTRATADA deverá, a suas expensas, substituir a máquina danificada por outra máquina, de igual ou superior capacidade operacional, com as mesmas exigências e especificações dos equipamentos instalados inicialmente;

5.7.9. A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas) os equipamentos que, em um período de 30 (trinta) dias corridos, tenham motivado mais de 03 (três) chamados para assistência técnica, referentes a um mesmo problema, ou mais de 04 (chamados) referentes a problemas distintos;

5.7.10. A CONTRATADA deverá promover adequadamente a limpeza de quaisquer resíduos decorrentes da realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;

5.7.11 A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal especializado suficiente para atendimento dos serviços de assistência técnica e manutenção, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão de empregados, entre outros.

5.8. Dos Insumos

5.8.1. Todas as despesas dos insumos utilizados para abastecimento (exceto água, se obtida da rede hidráulica das dependências do CONTRATANTE), limpeza e manutenção das máquinas serão de responsabilidade da CONTRATADA;

5.8.2. A validade e a integridade dos insumos fornecidos serão de total responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a FISCALIZAÇÃO inspecioná-los no momento da entrega;

5.8.3. Os insumos a serem utilizados na(s) máquina(s) deverão estar devidamente adequados às normas de vigilância sanitárias vigentes, devendo possuir registros nos órgãos de controle competentes;

5.8.4. Além disso, os insumos deverão ser de boa qualidade e previamente aprovados pela CONTRATANTE, tais como:

5.8.4.1. Açúcar refinado ou cristalizado, marca União, Cristal ou similar;

5.8.4.2. Café de categoria superior, marca, Maratá Premium, Pilão, Imperial ou similar:

5.8.4.2.1. Características do Produto: Café superior, em grãos, torrado, torra média, constituídos de grãos tipo 6 COB, com no máximo 10% em peso de grãos com defeitos pretos,



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

verdes e ou ardidos (PVA) e ausente de grãos preto-verdes e fermentados, gosto predominante de café arábica puro.

5.8.4.3. Chocolate em pó, marca Italcac, Nestlé, Itambé ou similar, na porção mínima de 20g por dose.

5.8.4.4. Leite em pó integral e solúvel, marca Elegê, Itambé, Ninho ou similar, que contenha o selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura, porção mínima de 20g por dose,

5.8.4.5. Adoçante líquido, marca Línea, Zero Cal ou similar.

5.8.4.6. Copo de papel biodegradável, cor clara, com capacidade de 160 ml, de boa resistência e qualidade, de material apropriado para o uso ao qual se destina, devendo ser compatível com o equipamento e atender, no mínimo, as especificações da NBR/ABNT 14.865/2002, NBR/ABNT 15.448-1 e 2/2008;

5.8.4.7. Palheta plástica de qualidade comprovada (misturador) de material apropriado para o uso ao qual se destina, compatível com o equipamento.

5.8.5. Todos os insumos a serem utilizados deverão ser vistoriados, conferidos e aprovados pela FISCALIZAÇÃO, que somente aceitará aqueles que se encontrem de acordo com as especificações estabelecidas nestas especificações;

5.8.6. Para a preparação das bebidas serão consideradas as seguintes quantidades mínimas, por dose:

5.8.6.1. Café expresso e longo = 7 gramas;

5.8.6.2. Leite = 20 gramas;

5.8.6.3. Café com leite = 7 gramas de café e 20 gramas de leite;

5.8.6.4. Cappuccino com chocolate = 7 gramas de café, 7 gramas de chocolate e 7 gramas de leite;

5.8.6.5. Chá = 11g de chá (sabor a critério);

5.8.6.6. Água mineral = volume da respectiva dose

5.9. Das Condições Gerais

5.9.1. Não serão aceitos, em hipótese alguma, fardos, caixas ou frascos violados ou com outros danos que prejudiquem o acondicionamento e a qualidade de todos os insumos utilizados e que causem principalmente vazamento do açúcar refinado e/ou do adoçante dietético;

5.9.2 Os lacres e selos de segurança das embalagens e frascos deverão estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

5.9.3. A indicação de marca dos materiais é utilizada pela Administração visando acolher a qualidade mínima para o consumo:

5.9.4. A não aceitação pela Administração do produto indicado pela CONTRATADA, não acarretará, em hipótese alguma, aumento dos custos do Contrato



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (*caput* do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017).

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

6.4. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (*caput* do art. 45 da IN nº 5, de 2017).

Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, telefone, e-mail e endereço.

6.6. A Contratada não precisará manter preposto da empresa no local da execução do objeto, contudo ele deverá estar disponível para atendimento aos chamados sobre as questões pertinentes a esta contratação no horário compreendido entre 8h e 18h.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (*caput* do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (inciso VI do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (inciso II do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);

6.9.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (inciso III do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

6.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (inciso V do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (inciso VII do art. 22 do Decreto nº 11.246, de 2022).

Fiscalização Administrativa

6.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (incisos I e II do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (inciso IV do art. 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

Gestor do Contrato

6.11. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (inciso IV do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (inciso III do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (inciso II do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (inciso VIII do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

6.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (inciso X do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.16. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Será adotado o sistema de franquia para fins de faturamento, com as seguintes características:

7.1.1. A CONTRATANTE garantirá à CONTRATADA uma franquia mensal:

a) PR/PA - 4.808 doses, considerando para tal quantidade a contagem obtida em todas as máquinas;

b) PRM Santarém – 3137 franquia mínima; considerando para tal quantidade a contagem obtida em todas as máquinas;

c) PRM Altamira – 1500 franquia mínima; considerando para tal quantidade a contagem obtida em todas as máquinas;

d) PRM-Marabá – 2363 franquia mínima; considerando para tal quantidade a contagem obtida em todas as máquinas;

7.2. Para efeito de pagamento da franquia mínima e do real consumo, serão consideradas as doses efetivamente consumidas, no período de 30 (trinta) dias corridos, mediante a leitura do contador geral dos equipamentos, desde que tenham sido verificadas as condições estabelecidas para a aceitação da medição.

7.3. O número de doses excedentes será obtido considerando-se o número de doses mensais que exceder a franquia mensal mencionada, limitadas a:

7.3.1. Para a PR/PA: 500 doses.

7.3.2. Para as outras Procuradorias da República dos Municípios: 200 doses.

7.4. Valores que ultrapassem as doses excedentes, poderão ser autorizados pela administração, mediante avaliação de disponibilidade orçamentária.

7.5. A diferença entre o valor do pagamento mínimo (franquia) e o do efetivamente devido (doses consumidas), quando este for menor, será considerada crédito da CONTRATANTE, exclusivamente para efeito de compensação de dose consumidas excedentes à franquia, em faturamentos posteriores.

7.6. Não serão computadas, para fins de faturamento, as quantidades (doses identificadas pelo registrador do equipamento) não utilizadas para fins de consumo, em decorrência de procedimentos de manutenção ou de higienização das máquinas, bem como de doses não completadas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

7.7. Entende-se como situações de doses não completadas a falta de produto, copo ou ingrediente, produto aguçado ou o fornecimento de doses em medições inferiores ao estabelecido nos padrões do termo de referência.

7.8. O controle de doses perdidas poderá ser feito pela CONTRATANTE, inclusive a partir de cálculo por amostragem;

7.9. Deverá ser apresentado relatório mensal de leitura, por tipo de bebida, das doses consumidas.

7.10. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto **no Anexo A**.

7.10.1. Os primeiros dois meses de execução do contrato serão usados para os devidos ajustes no serviço e orientações da fiscalização, passando a vigorar o atendimento dessa metodologia de avaliação da execução a partir do mês subsequente.

7.10.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.10.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.10.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.10.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.11. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento do Objeto

7.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, de forma sumária, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços ou do fornecimento realizados em consonância



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.3.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.3.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4. O serviço será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço ou do fornecimento e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.4. Comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

7.4.5. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Faturamento

7.6. Após comunicação do gestor do contrato e no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade perante a Receita Federal (e INSS), FGTS e Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - Lei nº 12.440/2011).

7.7. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

7.8. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

7.9. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES deverá apresentar com a Nota Fiscal a [declaração de optante do simples nacional](#) a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006. A declaração deve ser assinada eletronicamente com certificado digital pessoa física (eCPF) ou remetida em sua via original dentro da embalagem dos itens a serem entregues. Não será aceita assinatura digitalizada e nem assinatura usando certificado pessoa jurídica (eCNPJ), conforme orientações da Receita Federal.

7.10. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

7.11. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação.

7.12. A fatura ou nota fiscal e demais documentos deverão ser encaminhadas através do Sistema de Protocolo Eletrônico do MPF, que pode ser acessado em: <https://aplicativos.mpf.mp.br/ouvidoria/app/login/>

Condições de pagamento



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

7.13. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelo(s) serviço(s) efetivamente prestado(s) OU após o recebimento definitivo do material, em moeda nacional, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

7.14. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

7.15. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

7.16. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

7.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365}$ $I = 0,00016438$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.17.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

7.18. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

Forma de fornecimento



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

8.2. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas

Assinatura digital conjunta, primeira assinatura em 28/12/2023 12:42. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 4827ca07.8672b9f1.ef555f8a.34f69aab



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea “c” do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

Qualificação Técnica

8.23. Apresentação de um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou serviços de fornecimento automático de café e bebidas quentes pelo período mínimo de 1 (um) ano. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para a comprovação de capacidade técnica.

8.29. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art. 4º, inciso XI do art. 21, incisos I do art. 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764 de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI), para cada um dos cooperados indicados;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.31.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a. Ata de fundação;
- b. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

9.2.1. Gestão/Unidade: 0001/200075

9.2.2. Fonte de Recursos: 100

9.2.3. Programa de Trabalho: 03062003142640001

9.2.4. Elemento de Despesa: 39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belém, na data da assinatura eletrônica



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

ANEXO A

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1.1. Excetuados os casos fortuitos e os motivos de força maior, o não cumprimento total ou parcial do contrato pela CONTRATADA sujeitará a mesma, além das demais penalidades previstas, a aplicação de abatimentos nos pagamentos, de até 10% (dez por cento) do total da fatura mensal, através de pontuação dos Registros de Não Conformidades.

1.2. O cálculo dos abatimentos será realizado mensalmente.

1.3. A partir do recebimento pela CONTRATADA de um registro de não conformidade, ela terá um prazo de até 02 (dois) dias úteis para apresentar suas justificativas que poderão ou não ser aceitas pela fiscalização.

1.4. As justificativas não aceitas sujeitarão a contratada a descontos nos valores devidos, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Valor do Abatimento} = \frac{\text{Valor mensal do contrato} \times \text{somatório mensal de pontos de não conformidade}}{100}$$

1.5.

1.5. Os abatimentos realizados por meio da contabilização deste instrumento serão realizados antes do processamento da nota fiscal.

1.6. Este instrumento não configura procedimento sancionatório e sim uma adequação aos níveis de resultados contratualizados, valores quantificados que sejam superiores ao desconto máximo permitido deverão ser apurados através de procedimento próprio, garantidos o contraditório e ampla defesa.

1.7. A seguir tabela a ser pactuada por IMR:

ITEM	NÃO CONFORMIDADE	PONTUAÇÃO	COLETA
1	Descumprimento do prazo de 2 (duas) horas comerciais a contar da abertura do chamado para atendimento de realização de manutenção corretiva, assistência técnica, falta de insumo ou qualquer outro problema detectado	01 (um) ponto por chamado não atendido tempestivamente, limitado a 10 (dez) pontos.	Mensal
2	Descumprimento do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da solicitação do contratante, para reparar a máquina ou efetuar a sua substituição	02 (dois) pontos, acrescido de mais 01 (um) ponto adicional por dia de demora na execução, limitado a 10 (dez) pontos.	Mensal



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

3	Permitir a presença de funcionários não uniformizados ou sem identificação durante a manipulação/reposição de insumos na máquina.	01 (um) ponto, limitado a 10 (dez) pontos.	Mensal
4	Manter insumos fora do prazo de validade ou em más condições de armazenamento.	10 (dez) pontos.	Mensal
5	Utilizar insumos de qualidade inferior ao especificado no edital	10 (dez) pontos.	Mensal
6	Descumprimento da rotina mínima de abastecimento e higienização das máquinas (diariamente).	02 (dois) pontos por ocorrência.	Mensal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00066590/2023 TERMO DE REFERÊNCIA nº 60-2023**

Signatário(a): **EWERTON FERREIRA DA SILVA**

Data e Hora: **28/12/2023 12:42:37**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **VICTOR HUGO SANTOS DE OLIVEIRA**

Data e Hora: **28/12/2023 14:35:17**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 4827ca07.8672b9f1.ef555f8a.34f69aab